

CADERNO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS



UM ROTEIRO SOBRE **EDUCAÇÃO EM DIREITO HUMANOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

HOZANA RITA PEREIRA SOARES DA SILVA
ANA CLÁUDIA RIBEIRO DE SOUZA

CADERNO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS



UM ROTEIRO SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITO HUMANOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

HOZANA RITA PEREIRA SOARES DA SILVA
ANA CLÁUDIA RIBEIRO DE SOUZA

REALIZAÇÃO

Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus Centro
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT

AUTORAS

Hozana Rita Pereira Soares da Silva
Ana Cláudia Ribeiro de Souza

DIAGRAMAÇÃO

Aleana de Souza Pena

Biblioteca do IFAM – Campus Manaus Centro

S586c Silva Hozana Rita Pereira Soares da.
Caderno de oficinas pedagógicas: um roteiro sobre educação em direitos humanos no ensino médio integrado / Hozana Rita Pereira Soares da Silva, Ana Cláudia Ribeiro de Souza. – Manaus, 2025.
51 p. : il. color.

Produto educacional oriundo da dissertação: Direitos humanos e a formação humana integral: uma abordagem teórico-prática na educação profissional tecnológica de nível médio no curso técnico em agropecuária do Campus Manaus - Zona Leste (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus Manaus Centro*, 2025.

ISBN 978-65-83758-28-6.

1. Prática educativa. 2. Educação em direitos humanos. 3. Ensino médio integral. 4. Formação humana integral. I. Souza, Ana Cláudia Ribeiro de. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 370.7

Descrição Técnica

Título: Caderno de Oficinas Pedagógicas – Um Roteiro sobre Educação em Direitos Humanos no ensino Médio Integrado

Título da pesquisa vinculada ao produto: “Direitos Humanos e a Formação Humana integral: Uma Abordagem Teórico-Prática na Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio no Curso Técnico em Agropecuária do Campus Manaus - Zona Leste”.

Área do Conhecimento: ensino.

Público-Alvo: Professores da Área de Ciências Humanas e Sociais de Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada, bem como demais interessados na temática sobre educação em direitos humanos.

Apresentação do Produto: O produto foi desenvolvido em formato de caderno, e inclui textos, imagens, vídeo, infográficos e outros recursos interativos. Possui três oficinas pedagógicas organizadas e entrelaçadas para atender a formação continuada dos docentes na temática que envolve direitos humanos, além do mais viabiliza-se o trabalho coletivo realizado pelos docentes.

Categoria: Oficina

Finalidade: Contribuir para formação continuada de docentes da educação básica na temática que envolve a educação em direitos humanos, em especial, os professores que estão envolvidos com o ensino médio integrado sejam, do núcleo básico bem como do núcleo técnico haja vista que o conhecimento não está restrito em disciplinas é amplo e traz um significado para quem está em constante aprendizado.

Registro: Biblioteca Paulo Sarmento – IFAM/Campus Manaus Centro

Avaliação e validação:

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais, não sendo permitido uso comercial do produto.

Divulgação: Por meio digital.

URL: Site ProfEPT (<http://www2.ifam.edu.br/profept>) e Repositório do IFAM (repositorio.ifam.edu.br)

Cidade: Manaus-AM

País: Brasil

Ano: 2025



SUMÁRIO

Apresentação	06
--------------------	----

Contextualização Teórica da Educação Profissional e Tecnológica em Direitos Humanos	08
--	----

- Educação Profissional e Tecnológica
- Educação em direitos humanos e saberes experenciais dos professores
- Formação Continuada dos professores na Educação em Direitos Humanos

Preparativos da oficina	19
-------------------------------	----

Momentos da oficina	21
---------------------------	----

- Oficinas pedagógicas como instrumento integrador da educação em direitos humanos ao ensino médio integrado
- Objetivos
- Apresentação da oficina
- Questionário
- Roda de Conversa
- Feedback da Oficina

Considerações finais	33
----------------------------	----

Referências	34
-------------------	----

Saiba mais	36
------------------	----





APRESENTAÇÃO

Durante sua trajetória, a sociedade humana experimentou diversas mudanças. Uma parte significativa desse progresso está ligada à habilidade do ser humano de criar e compartilhar conhecimento, fundamentais para o aprendizado ao longo da vida, tanto em ambientes formais quanto informais.

Esse procedimento é intrinsecamente complexo, especialmente no âmbito das instituições de ensino, uma vez que requer uma ampla gama de recursos diversos, incluindo: infraestrutura, tecnologias, estrutura curricular, equipe de profissionais, materiais e metodologias de ensino, entre outros.

Dentre os elementos mencionados anteriormente, este produto ressaltará a abordagem da educação em direitos humanos no ambiente da Educação Profissional e Tecnológica, relacionada à atuação dos professores na dinâmica de ensino e aprendizado do Ensino Médio Integrado, considerando suas visões sobre a realidade. Essa abordagem é bastante variada e muda conforme os objetivos do processo educativo.

Neste caderno, as práticas serão abordadas de uma maneira integrada, com o objetivo de promover formação humana integral dos estudantes. Dessa forma, busca-se possibilitar que os indivíduos aprimorem suas diversas dimensões essenciais, ao mesmo tempo em que se preparam para a realização de atividades profissionais específicas.

Este caderno visa também organizar e disseminar informações e saberes para os professores que trabalham na Educação Profissional e Tecnológica, ajudando-os a entender e a aprimorar práticas pedagógicas que promovam a integração e articulação do conhecimento. É importante mencionar que este material foi elaborado a partir de uma pesquisa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT oriunda da dissertação de mestrado intitulada Direitos Humanos e a Formação Humana integral: Uma Abordagem Teórico-Prática na Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio no Curso Técnico em Agropecuária do Campus Manaus - Zona Leste, e as contribuições dos professores entrevistados foram essenciais para sua construção.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que as abordagens pedagógicas integradoras não são definitivas, e não garantem o desenvolvimento abrangente dos indivíduos de maneira direta ou simplificada em todas as situações. Dessa forma, este caderno não pretende oferecer respostas didáticas universais, mas sim incentivar a reflexão dos educadores sobre métodos que promovam a formação integral dos estudantes.

Assim, os participantes e as participantes do processo educativo devem evitar a mera importação de práticas pedagógicas de outros contextos, sem que sejam feitas as devidas adequações para a realidade na qual elas estão inseridas e serão aplicadas.

O caderno se inicia com a está estruturado em três seções: a primeira se refere a um panorama dos Direitos Humanos na Educação Profissional abordando as bases o trabalho como princípio pedagógico e a formação humana integral; na segunda consta sobre educação em direitos humanos e saberes experenciais dos professores; na terceira a abordagem está a relevância da formação continuada dos professores. Tais seções orientam para o aporte teórico para que os passos da oficina pedagógica sejam realizados.

Para iniciar, após a apresentação dos fundamentos teóricos, seguiremos com o roteiro das oficinas, delineando as atividades propostas. A primeira oficina aborda a formação continuada em Educação em Direitos Humanos para professores do Ensino Médio Integrado, com o objetivo de capacitar os professores a compreender e integrar a educação em direitos humanos em suas práticas pedagógicas. Essa capacitação é essencial para que os docentes possam aplicar os conceitos de direitos humanos em seu cotidiano escolar de maneira efetiva.

Na sequência, a segunda oficina propõe uma discussão sobre os saberes e as experiências de professores do Ensino Médio Integrado sob a perspectiva dos Direitos Humanos. O intuito aqui é fomentar a reflexão acerca das bases da educação profissional tecnológica e sua intersecção com a educação em direitos humanos, permitindo que os educadores compartilhem suas vivências e aprendizados. Esse espaço de diálogo é fundamental para a construção de um ambiente colaborativo e enriquecedor.

Por fim, a terceira oficina apresenta como tema central a sustentabilidade socioambiental como um fundamento da educação em direitos humanos no contexto escolar. Esta proposta visa promover a integração da educação em direitos humanos no Ensino Médio Integrado, utilizando a sustentabilidade socioambiental como uma estratégia pedagógica. A oficina culminará em um plano de trabalho coletivo, que permitirá a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, reforçando a importância de ações conjuntas e responsáveis dentro do ambiente educacional.

Isso posto, é importante ressaltar que ao realizar a oficina pedagógica é possível ter alterações e adaptações por considerar que a relação humana e respectiva formação estão em dada realidade que, por si só, tem seu diferencial único e diversificado. Assim, a aprendizagem e o ensino formam uma conexão integrada já que o conhecimento construído vai além dos conteúdos estruturados e seu significado e sentido adquire relevância na realidade.

O Caderno de Oficinas Pedagógicas – Um Roteiro sobre Educação em Direitos Humanos no Ensino Médio Integrado é um Produto Educacional desenvolvido a partir da pesquisa de mestrado intitulada “Direitos Humanos e seu viés educacional no curso Técnico em Agropecuária no período de 2009 a 2019.” Esta pesquisa foi realizada por nós, servidoras do IFAM, Hozana Rita Pereira Soares da Silva Campus Manaus Zona Leste e Ana Cláudia Ribeiro de Souza, Campus Manaus Centro dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProFFEPT), oferecido pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), no ano de 2023.

Com isso almejamos que esse produto educacional no formato de caderno de oficinas pedagógicas contribua para a educação de qualidade.

Almejamos êxito na trajetória do conhecimento.

As autoras





CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM DIREITOS HUMANOS

► Educação Profissional e Tecnológica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, é o principal documento de regulamentação da educação regular no Brasil. Nela estão previstos, dentre outros aspectos, os níveis e as modalidades de educação e ensino.

No contexto das modalidades de ensino, está a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), descrita no capítulo III, título V, da referida Lei. É a partir dessa regulamentação que serão apresentadas informações e realizadas reflexões sobre a EPT, com o propósito de melhor compreendê-la.



Considerando a redação dada pela Lei 11.741/2008, que alterou dispositivos da Lei nº 9.394/1996, inclusive sobre a EPT, tem-se que: “Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 2008).

O Art. 2º, da Resolução CNE/CP Nº 01/2021, afirma que “A Educação Profissional e Tecnológica: é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes”, (Brasil, 2021).



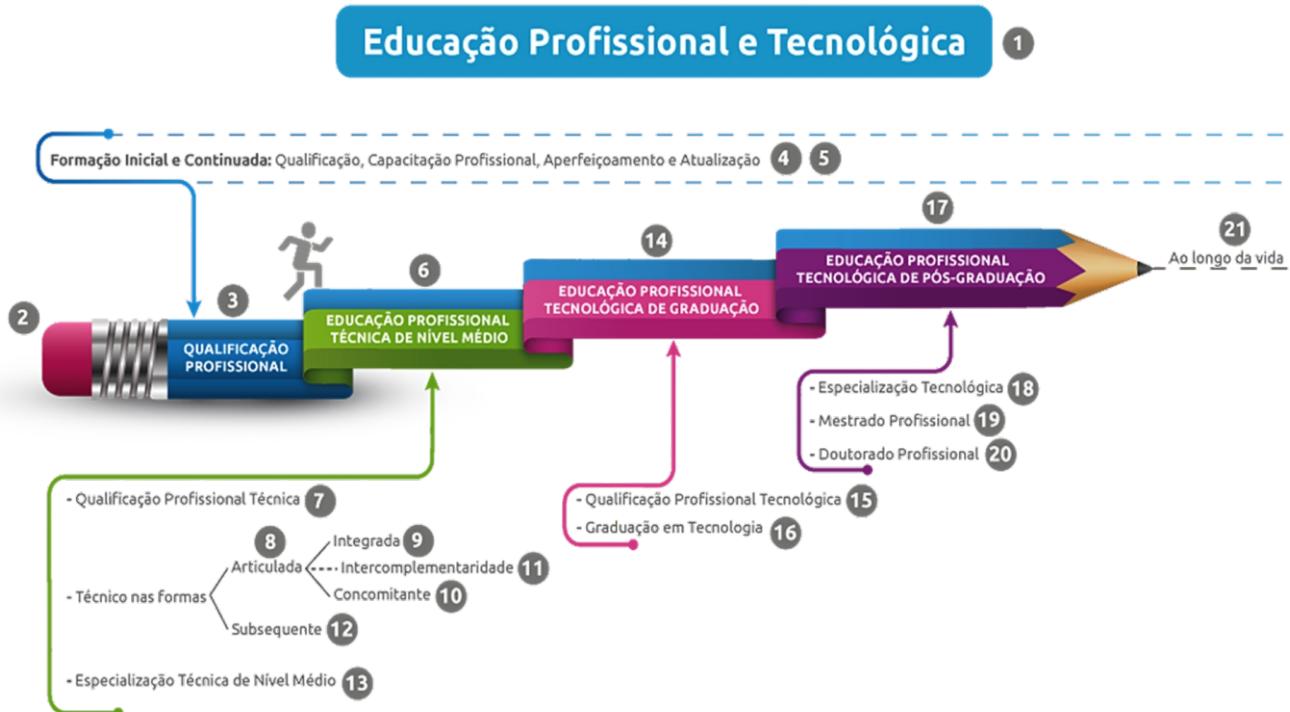
Fonte: Google Fotos

Dois itens merecem destaque no texto supracitado:

- 1** O primeiro refere-se à integração da EPT aos diferentes níveis e modalidades da educação. Sobre isto, a LDB estabelece que a educação básica nacional se estrutura da seguinte forma:

Categoria	Subcategorias
Educação Básica	Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio (Educação Profissional técnica de Nível Médio- EPTNM, Curso Técnico e Qualificação Profissional)
Educação Superior	Graduação, Bacharelado, Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia
Pós-Graduação	Especialização, Mestrado, Doutorado

Como modalidade educacional, a EPT não se resume a um curso, nem se restringe a uma etapa ou nível de educação. Ela consiste numa proposta de formação que abrange desde cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), de qualificação profissional, até cursos de pós-graduação Stricto Sensu, como é possível visualizar na imagem a seguir:



Fonte: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept> Acesso em 21 nov 2024

A imagem apresentada ilustra de maneira clara a abrangência da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na configuração do sistema educacional do país. Nesse contexto, o artigo 2º da Resolução CNE/CP N° 01/2021 destaca que “a Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade de ensino que permeia todos os níveis da educação nacional, estando integrada a outras formas de educação e às dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia, organizada por

eixos tecnológicos. Essa estrutura está alinhada com a realidade socioeconômica do trabalho e as necessidades de formação profissional em diferentes estágios de desenvolvimento, respeitando as leis e normas em vigor.” (Brasil, 2021)

!Lembrete

Muitas pessoas pensam que a EPT e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) são iguais. Como demonstrado, a EPT não se resume à EPTNM, mas abrange outras etapas e cursos. Nessa articulação entre a EPT e os demais níveis e modalidades, os objetivos e especificidades são complementares para o processo formativo dos sujeitos.

Perspectivas sobre o trabalho

Na formação unilateral, o trabalho histórico resume-se à dimensão produtiva e material.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Na formação integral, omnilateral, há duas bases que a sustentam: o trabalho como princípio educativo e pesquisa como princípio pedagógico. O trabalho ontológico associa-se a todas as atividades e dimensões que constituem o ser humano. Pois, o trabalho enquanto princípio educativo relaciona a realidade histórica (das pessoas e eventos) e o conhecimento dando vida aos conteúdos de ensino. Por sua vez, a pesquisa como princípio está ligada ao trabalho como uma forma educativa. Quando adotada em uma educação integrada, ajuda a formar pessoas autônomas que entendem seu lugar no mundo e, assim, podem agir por meio do trabalho. Isso permite que transformem a natureza para atender às necessidades coletivas da humanidade, enquanto também cuidam da preservação humana para as futuras gerações e para os outros seres humanos.



A finalidade da EPT ao abordar as dimensões humanas nos seus princípios perpassa pela realidade a ser integrada, na apresentação de Morin (2011) é complexa e heterogênea. Desse modo, considerando a complexidade e heterogeneidade a EPT tem por finalidade, em seus diferentes níveis e modalidades, proporcionar um processo de ensino e aprendizagem que desenvolva as múltiplas dimensões dos estudantes, tornando-os capazes de compreender e interagir conscientemente com todos os elementos constituintes dessa realidade complexa e dinâmica. No quadro a seguir, é possível demonstrar essa finalidade através da relação entre os princípios da EPT, previstos no Art. 3º da Resolução CNE/CP n. 01/2021, e as diferentes dimensões humanas contempladas.

Para entender melhor os princípios, acesse:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90891



2

O segundo item a ser destacado na definição da EPT refere-se à sua vinculação com dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, que compõem a base sobre a qual será desenvolvido e executado um processo formativo, que visa não só à preparação para o trabalho produtivo material, mas contempla, também, o desenvolvimento dos sujeitos de modo amplo e integral. A seguir estão detalhadas essas três dimensões:

Quando se menciona o trabalho, geralmente as pessoas o associam ao seu significado histórico, isto é, ao ato de produzir um bem ou oferecer um serviço. No entanto, essa perspectiva não corresponde à abordagem formativa da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), uma vez que, na realidade atual, o trabalho se encontra fragmentado, tanto nos aspectos intelectual e manual quanto nas tarefas manuais simples, com o objetivo de aumentar produtividade e os lucros.

No contexto formativo da EPT, o trabalho deve ser compreendido em seu sentido ontológico, ou seja, como um ato consciente através do qual o ser humano utiliza seus conhecimentos para transformar o ambiente, atendendo suas necessidades e, simultaneamente, desenvolvendo sua humanidade (Lukács, 1978). O trabalho ontológico transcende o mero aspecto produtivo material e abrange todas as formas de interação dos indivíduos com a realidade em que vivem.

A dimensão ciência está relacionada ao processo de produção de conhecimentos pelo ser humano por meio de métodos validados e confiáveis, que assegurem a veracidade das informações (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Durante esse processo formativo, imerso no campo científico, os indivíduos terão acesso a uma ampla gama de conhecimentos previamente gerados e comprovados metodologicamente, e também terão a possibilidade de criar novos saberes, fundamentais para a compreensão da realidade, por meio da consciência crítica e do avanço social.

Portanto, se a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem como objetivo desenvolver nas pessoas a consciência necessária para entender a realidade e suas dinâmicas, a ciência desempenha um papel essencial nesse processo. Embora a ciência não seja a única fonte de conhecimento humano, o processo formativo da EPT deve ser fundamentado no conhecimento científico.



De acordo com o § 3º, do Art. 5º, da Resolução 02/2012 – CNE/CEB, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a tecnologia é definida como a transformação da ciência em força produtiva ou a mediação do conhecimento científico e a produção, sempre marcada pelas relações sociais que influenciaram sua criação (BRASIL, 2012a).

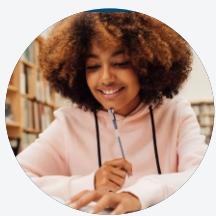
Dessa forma, a tecnologia aproxima os conhecimentos acessados e produzidos pelos sujeitos, por meio da ciência, de sua realidade, permitindo-lhes transformar conscientemente o mundo ao seu redor. Isso ocorre através da criação de produtos ou serviços capazes de atender às necessidades humanas. Vale ressaltar que, neste contexto, são incluídos todos os tipos de tecnologia – como livros, ferramentas, equipamentos, utensílios, móveis, roupas, entre outros – e não apenas aquelas associadas ao meio digital ou à comunicação e informação.

► Formação Humana Integral

A sociedade que somos da que desejamos é distinguida pela dualidade educacional. Embora a continuidade seja vista como algo normal, a busca por mudanças traz desafios, propostas viáveis e a necessidade de planejamento e organização. Essa busca visa construir uma sociedade mais equitativa, promovendo modificações estruturais que garantam uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade.

O movimento desigual presente na sociedade capitalista reflete-se na educação. O campo educacional, inserido nesse contexto, atenua a dualidade ao preparar profissionais para o mercado de trabalho. O projeto de educação integrada contribui para a união entre formação básica e profissional. Ramos (2014) explica que o princípio fundamental da escola unitária não se limita à divisão dos segmentos sociais, mas sim à relação entre conhecimento e trabalho, permitindo a compreensão do mundo e suas concepções. Nesse sentido, o desafio da escola de ensino integrado é voltado para o sujeito que receberá a educação, buscando uma formação omnilateral, a fim de que o interesse do mercado de trabalho não continue a ser perpetuado.

A formação humana integral, no formato do ensino médio integrado, constitui uma das bases da educação profissional e tecnológica, pois entende que a aprendizagem deve abranger as diversas esferas da vida do indivíduo em processo de formação. Além disso, a concepção omnilateral defende que o ensino seja estruturado a partir das categorias:



Trabalho



Tecnologia



Ciência



Cultura

Uma vez que essas dimensões refletem a totalidade da existência humana e social.

A integração entre a formação humana integral e os princípios da educação em direitos humanos contribui para que o espaço escolar seja um ambiente que promova a cultura dos direitos humanos. Os valores e práticas que conferem sentido e significado à construção dessa cultura são construídos a partir dos conhecimentos e informações adquiridos na Educação em Direitos Humanos. Dessa forma, os sujeitos atribuirão significados aos direitos humanos ao terem desenvolvido valores voltados para a defesa e promoção desses direitos, com base no princípio da dignidade humana, tanto no âmbito individual quanto coletivo. A Educação em Direitos Humanos visa, assim, que o processo formativo resultante seja uma formação ética, crítica e política.

Síntese da Formação Omnilateral



► Educação em Direitos Humanos e saberes experienciais dos professores

A educação é um instrumento essencial para a promoção dos direitos humanos, pois faz parte da dignidade humana ao formar e conscientizar o indivíduo para o pleno exercício de sua cidadania. Pode-se afirmar que a educação é um requisito fundamental para que o indivíduo se realize plenamente como ser humano na sociedade.

O papel da educação em direitos humanos é proporcionar as condições para o conhecimento e a transformação da consciência sobre o contexto sócio histórico e cultural em que os indivíduos estão inseridos, estimulando o questionamento crítico e a transformação social por meio de um processo educativo reflexivo. Vale ressaltar que essa responsabilidade não é exclusiva do Estado, pois a formação de indivíduos éticos, solidários e comprometidos com a justiça social e os direitos humanos exige o engajamento de toda a sociedade, de maneira que cada cidadão assuma sua parcela de responsabilidade.



Fonte: Freepik

Por sua vez, a educação em direitos humanos tem como objetivo promover uma formação mais humana, centrada na formação de indivíduos conscientes de seus direitos e no fortalecimento da democracia. Para alcançar esse objetivo, é necessário ampliar as políticas educacionais, integrar conteúdos e práticas que exigem uma revisão curricular que suporte essa abordagem (Silva; Tavares, 2013). Isso inclui a inclusão de metodologias que ajudem a desconstruir legados históricos negativos. Segundo o Programa Mundial da Organização das Nações Unidas, a Educação em Direitos Humanos abrange um conjunto de atividades voltadas para a educação, capacitação e disseminação de informações.

Um documento relevante nesse contexto é o Plano Nacional de Direitos Humanos, que propõe uma visão sistemática e multidimensional dos direitos humanos, articulando diversas dimensões para uma compreensão abrangente do tema (Brasil, 2007). Viola (2010) argumenta que a educação em direitos humanos é fundamental para formar cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade justa e igualitária. Ele enfatiza que educar em direitos humanos implica, antes de tudo, educar a nós mesmos, pois "não bastam leis bem elaboradas ou belas Constituições se os cidadãos não têm consciência de suas obrigações sociais e desconhecem seus direitos e deveres" (Viola, 2010).

No processo educativo, o papel do professor é fundamental, devendo-se ir além da simples reprodução de conteúdos para estabelecer uma relação dialógica entre professor e aluno. Isso permite a problematização dos conteúdos e promove uma reflexão crítica sobre a relação destes com a realidade. O conhecimento não é produzido e reproduzido apenas na escola, mas é nela que esse saber se apresenta de forma sistematizada e codificada. A escola é um espaço social privilegiado onde se definem a ação pedagógica institucional, assim como a prática e vivência dos direitos humanos.



Fonte: Freepik

Nas sociedades contemporâneas, ela se configura como o local de construção das concepções de mundo e da consciência social, de circulação e consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, de formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. O processo formativo pressupõe o reconhecimento da pluralidade e da alteridade, condições essenciais para a liberdade de exercer a crítica, a criatividade, o debate de ideias e para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade. Para que esse processo aconteça e a escola contribua para a educação em direitos humanos, é fundamental assegurar dignidade, igualdade de oportunidades, participação e autonomia aos membros da comunidade escolar, além de democratizar o acesso, a permanência e êxito para todos. (Brasil, 2018)

Candau (2008), por sua vez reverbera que o processo educativo deve ser contextualizado e construído coletivamente em que conteúdos, materiais, recursos e metodologia utilizados requer articulação com os saberes pedagógicos, curriculares e experienciais. Neste processo considera-se a pessoa humana, cujo processo formativo não está restrito ao âmbito escolar porque vai além deste espaço. A autora destaca também que, apesar dos desafios enfrentados, é essencial avançar na criação de uma cultura de direitos humanos que promova práticas sociais que afirmem a dignidade humana em seu contexto histórico e social. Para isso, é crucial entender que educar envolve o desenvolvimento da consciência crítica sobre o mundo e sobre si mesmo, evitando assim a continuidade da alienação.

Nos últimos anos, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem passado por transformações significativas. A preocupação não se limita mais à formação técnica; agora busca-se uma formação integral do estudante ao longo do processo educativo. Nesse sentido, discutir e educar sobre direitos humanos é vital, pois este tema permeia todos os aspectos sociais, incluindo o ambiente de trabalho, que é central na EPT. Os currículos que os Institutos Federais desenvolvem estão cada vez mais abordando as questões sociais. Contudo, muitos desses currículos ainda tratam os DH de forma fragmentada e isolada em disciplinas ou conteúdo específico, necessitando de um trabalho mais coeso para implementar práticas transversais que criem uma cultura em DH capaz de transformar a percepção sobre o tema a ser trabalhado. Assim, educar para os DH se revela uma proposta essencial para a formação dos estudantes na EPT.

Além do que, no processo de formação do educador combina-se conhecimentos teóricos com a prática profissional e o desenvolvimento pessoal, uma vez que a integração entre teoria e prática nas atividades profissionais, as experiências vivenciadas no ambiente educativo com outros profissionais, e os saberes construídos e ressignificados na ação pedagógica impactam diretamente no desempenho profissional. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essa dinâmica se mantém, pois lida-se com uma modalidade de ensino voltada para a formação integral do estudante.



Assim, dentre os saberes do profissional docente, conforme Tardif (2014), as experiências desse trabalhador (a) na prática pedagógica são importantes, pelo fato de que se constituem em saberes específicos que cada professor desenvolve em seu trabalho diariamente, tendo, origem da experiência e são validados por ela. Nesse cenário educativo, os saberes conectam à experiência individual e coletiva seja, através da prática ou pela competência, o que a autora denomina de saber-fazer e saber-ser.

► Formação continuada dos professores na educação em direitos humanos

A formação docente vai além dos conhecimentos adquiridos na academia; a realidade do ambiente educativo exige atitudes e comportamentos que definem o educador. Como afirma Freire (1997), ninguém nasce educador ou é predestinado a sê-lo. O sujeito se torna educador por meio da prática e da reflexão sobre ela. A formação docente, portanto, deve ser entendida como um processo contínuo e permanente, caracterizado pela incompletude, estando sempre vinculada à forma como o educador percebe, reflete e age no mundo.

Moura (2014, p. 94) destaca que o objetivo da formação docente não se limita a preparar indivíduos para ocupar postos de trabalho de maneira acrítica. Considerando os princípios que integram trabalho, ciência, tecnologia e cultura, que reconhecem o ser humano em sua totalidade e buscam uma formação omnilateral, a base da formação docente deve ultrapassar a visão do professor como mero transmissor de conteúdo. A formação docente para a EPT exige uma identidade própria, com perfis profissionais que investiguem a educação e o trabalho, a sociedade e as bases políticas e econômicas que a sustentam, de maneira crítica. Dessa forma, talvez a lógica de mercado, sempre presente na EPT, possa ser reduzida por uma abordagem mais reflexiva e humana.

A formação docente, portanto, não é concebida de forma isolada; ao contrário, no coletivo, o trabalho pedagógico é organizado em busca da emancipação e da autonomia profissional, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. Nesse processo, o aprendizado do profissional docente ocorre de maneira contínua, tanto individual quanto coletivamente, e no exercício da prática, uma vez que a formação do educador é permanente e contextualizada no ambiente de trabalho, levando em consideração as experiências formais e informais. Assim, a formação em Educação em Direitos Humanos (EDH) é entendida como um processo que vai além dos atos normativos, ao envolver o docente na construção da cidadania. Como Freire (2020, p. 39-40) afirma, a EDH se manifesta de maneira distinta, dependendo da postura, compreensão política e ideológica do professor, sendo crucial que ele tenha consciência do impacto de sua prática, seja em favor ou contra algo ou alguém.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o cenário não é diferente. Trata-se de uma modalidade de ensino voltada para a formação integral do estudante, e o profissional docente que atua nesse ambiente precisa de uma formação específica, pois interage com públicos diversos. A prática docente, nesse caso, envolve o trabalho coletivo com outros profissionais, que também possuem uma formação diferenciada.



No ensino médio integrado, que articula a formação básica e a formação profissional, é fundamental que os profissionais envolvidos, comprometidos com essa etapa de educação, contem com uma formação continuada que agregue um diferencial em sua atuação. Esse diferencial não se resume a cursos, palestras ou encontros que não estabeleçam uma conexão pedagógica efetiva entre teoria e prática. Conforme esclarece Tardif (2014), a valorização dos diferentes saberes – disciplinares, curriculares, profissionais e experienciais – é essencial para o reconhecimento da prática profissional.

Portanto, a formação continuada dos docentes deve ser composta por ações que promovam um processo formativo capaz de superar os desafios para uma educação integral e humanizada. A escola precisa se tornar um espaço de educação em Direitos Humanos, valorizando os conteúdos acadêmicos (mas também ultrapassando), promovendo o trabalho coletivo e realizando eventos que favoreçam o desenvolvimento integral dos indivíduos. Para tanto, é essencial que, tanto na formação dos alunos quanto na formação continuada dos docentes, sejam incorporadas ações reflexivas, leituras de textos e discussões sobre a realidade – seja ela próxima ou distante da comunidade escolar – que possibilitem a construção da autonomia e o reconhecimento da importância do indivíduo, tanto para si quanto para o outro.



Fonte: Google Fotos



PREPARATIVOS DA OFICINA

- O primeiro passo para a realização de uma oficina é a definição do tema, que pode ser escolhida com base em uma necessidade identificada pelo facilitador (a) ou mediador (a), ou por meio de uma consulta direta aos participantes sobre os assuntos de seu interesse.



- Sugere-se que a oficina seja conduzida com no máximo 15 participantes, o que favorece um diálogo mais aprofundado, maior participação dos envolvidos e um acompanhamento mais eficaz por parte do professor/mediador. Para organizar o número de participantes, podem ser utilizadas fichas de inscrição, permitindo a realização de mais de um encontro, se necessário.



- Para garantir o bom andamento da oficina, é fundamental observar alguns pontos importantes. A escolha e reserva do local devem ser feitas com antecedência, levando em consideração o espaço necessário, os recursos como aparelhos de som ou projetores multimídia, a iluminação, as condições climáticas caso o evento ocorra em espaço aberto, e possíveis ruídos ou movimentações que possam interferir no andamento das atividades.



- Todo o material necessário para o uso do facilitador (a) /mediador (a) e dos participantes deve ser separado com antecedência, evitando imprevistos e improvisações. Se possível, uma pasta contendo itens como bloco de anotações, canetas e outros materiais úteis pode ser organizada para cada participante. Caso os participantes não se conheçam, é recomendável fornecer crachás para facilitar a comunicação e identificação.



As etapas da oficina devem ser preparadas de forma antecipada, com a elaboração de um roteiro para orientar o acompanhamento de cada momento. É importante também estar atento ao tempo necessário para a realização de cada etapa, para evitar o não cumprimento das atividades planejadas. Além de organizar as etapas, o facilitador (a) ou mediador (a) deve revisar previamente o tema a ser abordado, para coordenar as atividades com confiança e segurança.



Outro ponto importante é que a oficina não deve ser vista como uma aula ou palestra do (a) facilitador (a)/mediador (a). É fundamental criar um ambiente que favoreça o diálogo, acompanhando atentamente todas as intervenções e verificando se há envolvimento e interesse pelo tema. O objetivo é incentivar diálogos produtivos e, se necessário, redirecioná-los, caso os participantes mostrem desinteresse ou as discussões se tornem dispersas. O (a) facilitador (a)/mediador (a) deve tratar todos com respeito, evitando emitir julgamentos ou opiniões que possam envergonhar ou intimidar os participantes.



Ao longo da oficina, é importante realizar uma avaliação contínua. Ao final, recomenda-se uma avaliação em grupo para sistematizar os conhecimentos adquiridos, avaliar as atividades realizadas (tanto o processo quanto os resultados), e permitir que cada participante faça sua auto avaliação, refletindo sobre as contribuições da oficina no âmbito pessoal e o alcance dos objetivos propostos, priorizando a percepção dos participantes.



A avaliação realizada durante a oficina pode ser complementada após sua conclusão, permitindo a coleta de opiniões que, por algum motivo, não tenham sido expressas na avaliação coletiva. O uso de um questionário físico ou online pode ser uma ferramenta útil, permitindo que os participantes compartilhem críticas e sugestões de melhoria para o evento.





MOMENTOS DA OFICINA

Neste momento, apresenta-se o roteiro detalhado, explicando cada passo seguido na prática, a dinâmica de encaminhamento, as dificuldades encontradas e as soluções adotadas. Antes disso, faço um diálogo com os ensinamentos de Candau (1999) e Anastasiou (2009), que oferecem diretrizes para a realização de oficinas. A primeira autora propõe sensibilizar os participantes e aproxima-los da realidade, para, em seguida, refletir e aprofundar a discussão, culminando na construção coletiva e na conclusão dos trabalhos, conforme descrito em suas palavras.

Por outro lado, Anastasiou (2009), vê a oficina como um espaço para a construção do conhecimento, que exige o envolvimento dos participantes por meio da mobilização, construção e síntese, utilizando processos de significação e vivência da práxis, para que os trabalhos integrem teoria e prática.

a oficina se caracteriza como uma estratégia do fazer pedagógico onde o espaço de construção e reconstrução do conhecimento são as principais ênfases. É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal na qual a relação humana se dá. Pode-se lançar mão de músicas, textos, observações diretas, vídeos, pesquisas de campo, experiências práticas, enfim vivenciar ideias, sentimentos, experiências, num movimento de reconstrução individual e coletiva. (Anastasiou, 2009, p. 95)

A oficina pedagógica nessa configuração é entendida como um espaço educativo, em que há relação e disposição para o ato de conhecer, renovar a prática educativa e adquirir saberes que colaborarão ao ser e fazer enquanto profissional. Nessa intenção, ao profissional da educação é necessário a qualificação constante, principalmente, em uma sociedade que está em modificações constantes e a participação individual e coletiva se interligam a fim de indicar que o trabalho coletivo é uma estratégia que viabiliza a responsabilidade conjunta na busca de uma relação e formação humanas melhores.

Emitidas tais considerações, o passo adiante será organizar os momentos propriamente ditos: tomar as precauções iniciais, com a sala organizada em semicírculos, o roteiro adequadamente fundamentado, os materiais que serão utilizados previamente selecionados, a oficina pedagógica em formação continuada sobre educação em direitos humanos no ensino médio integrado será oferecida, com as seguintes fases: apresentação, fundamentação teórica, operacionalização e avaliação. Esses momentos não devem ser encarados como restrições para a realização da oficina pedagógica, mas como uma orientação para construir e ajustar o processo a cada etapa.

► Oficinas pedagógicas como instrumento integrador da educação em direitos humanos ao ensino médio integrado

O desenvolvimento da oficina pedagógica envolve os seguintes momentos fundamentais: aproximação da realidade/sensibilização, aprofundamento/reflexão, síntese/construção coletiva e fechamento/compromisso. Para cada etapa, é essencial planejar uma dinâmica apropriada, levando em consideração a experiência de vida dos participantes, o reconhecimento dos saberes já construídos pelos alunos e o diálogo com os conhecimentos próprios das diferentes disciplinas escolares, além das informações disponíveis socialmente.

1

Realidade / Sensibilização

O primeiro passo consiste na sensibilização sobre a temática dos direitos humanos como um instrumento presente nos espaços escolares, possibilitando a leitura e discussão de textos, músicas, pesquisa em websites e outros documentos relevantes. Para este momento, planeja-se a exibição de um filme educativo de curta metragem para reflexão, seguido de um debate sobre os temas atuais que possam ter despertado ou ampliado os saberes e experiências dos participantes sobre direitos humanos.

2

Aprofundamento / Reflexão

O segundo passo aborda o fundamento teórico do Programa Educativo (PE), focado no público-alvo, com ênfase na interação entre as informações coletadas e na comunicação entre os participantes, sempre atento ao embasamento teórico.

3

Síntese / Construção coletiva

No terceiro passo, a elaboração do encontro será pautada pelo diálogo e por dinâmicas que envolvem questões norteadoras, buscando alcançar um consenso sobre os possíveis questionamentos.

4

Fechamento / Compromisso

O quarto passo é a validação do PE, com uma reflexão sobre o processo coletivo vivido, além de um retorno aos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Ao adotarmos a oficina pedagógica como instrumento educacional, buscamos priorizar a participação ativa de todos os envolvidos, proporcionando-lhes saberes e experiências sobre direitos humanos. O objetivo é que essa reflexão se reflita no cotidiano da cultura escolar, nos currículos flexíveis e nos espaços pedagógicos, garantindo as devidas prioridades para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e diversificada. É esclarecedor que a metodologia da oficina emite ao público alvo a interação e o aprendizado por estarem no movimento de colaboração e participação no mesmo processo.

Além do mais, a interação entre o ensinar e o aprender ocorre quando os envolvidos contribuem com conhecimentos estruturados, que atribuem sentido e significado tanto para quem ensina quanto para quem aprende, estabelecendo uma relação colaborativa. Com isso ao compreender e apreender, o sujeito realiza novas reelaborações, agregando novos significados aos saberes e vivências, o que enriquece o processo dinâmico de aprendizagem.

► Objetivos

Ao adotarmos a oficina pedagógica como uma ferramenta educacional, buscamos priorizar a participação ativa das pessoas envolvidos no processo, pois as mesmas contribuirão com saberes e experiências sobre direitos humanos no espaço escolar, além do que o ambiente em que as pessoas estão inseridas colabora e aspira por atendimento as necessidades individuais e coletivas. O objetivo é que, diariamente, se reflita nas práticas escolares, nos currículos flexíveis e nos espaços pedagógicos as devidas prioridades que envolvem a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e diversificada.

Nesse sentido, ao considerar a temática sobre a educação em direitos humanos pressupõe: criar um espaço de diálogo e discussão sobre direitos humanos no ambiente escolar e sua repercussão no processo de ensino e aprendizagem e reflexo além do ambiente escolar, pois repercutirá na formação dos estudantes; proporcionar aos professores a compreensão de que seus saberes e experiências impactam, tanto individualmente quanto coletivamente na formação continuada; e possibilitar que os participantes percebam que a articulação dos conhecimentos sobre direitos humanos contribui para uma formação humana integral.

► Apresentação da Oficina

Esta oficina almeja criar um espaço de reflexão, de aprendizagem e de troca de experiências sobre o tema educação em direitos humanos voltada para professores do ensino médio integrado. Por ser uma temática ampla, enfatiza, principalmente os fundamentos desta abordagem tão imprescindível no dia a dia do espaço escolar e da comunidade que o constitui.



O planejamento da oficina está previsto três encontros.



Com duração de 03 horas cada um.

Seguiremos o roteiro atendendo passo a passo, embora saibamos que há a flexibilidade para determinadas eventualidades decorridas no processo, mas que também entender que estas colaboram para ter iniciativa e estar preparados para possíveis mudanças. Pois bem, o passo a passo da oficina pedagógica atenderá a dinâmica que a envolve bem como o público alvo que participará desta estratégica.

// 1º Encontro

1º Encontro

Tema: Formação Continuada em Educação em Direitos Humanos para Docentes do Ensino Médio Integrado

Objetivo: capacitar docentes para integrar a educação em direitos humanos em suas práticas pedagógicas, promovendo uma formação crítica e cidadã aos estudantes do ensino médio integrado.

Duração: 3h

Atividades	Objetivo	Estratégia	Tempo
1. Abertura com boas-vindas e apresentação	Explicar a importância da educação em direitos humanos no contexto escolar	Apresentação dos facilitadores e participantes Desenvolvimento de dinâmica de grupo: o que os direitos significam para você?	15 min.
2. Contextualização	Abordar de maneira suscinta os direitos humanos envolto da educação em direitos humanos	Visualização de um documentário sobre o histórico e evolução dos direitos humanos bem com principais documentos e marcos legais. Disponível pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=14XXXM93Fgw	1h
3. Discussão em grupo	Esclarecer que a educação em direitos humanos é viável no espaço escolar	Dividir os participantes em grupos e discutir: quais direitos humanos são relevantes no contexto escolar Apresentar as discussões e compartilhar as ideias	1h30

4. Diálogo sobre os princípios da educação em direitos humanos na EPT	Desenvolver uma comunicação interativa sobre EDH e EPT Possibilitar um espaço em construção sobre a cultura em EDH como responsabilidade de todos e todas.	Desenvolvimento de uma atividade pedagógica que envolva profissionais do núcleo básico e do núcleo técnico. Tendo como meta concretizar um esboço de uma atividade que inclua a educação em direitos humanos na EPT; com sugestões de temáticas (ações de sustentabilidade, ambiente inclusivo, cidadania, problemas detectados na comunidade escolar e intervenções, direitos e responsabilidades, ética, diversidade e outros). A escolha da temática é sugestiva, porém a decisão será dos participantes para não ocasionar em imposição. Cada equipe apresenta seu trabalho para feedback dos outros profissionais e facilitadores.	1h30
5. Realização de questionário para avaliar a oficina	Momento da avaliação	Utilização do questionário.	15 min.

Materiais necessários:

- Projetor e computador
- Materiais de apoio (papel, canetas, post-it)
- Exemplares de documentos oficiais
- Recursos audiovisuais (vídeos, slides)

Referências

- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- Material
- PDI e PPP

Apreciação sobre a 1ª Oficina

1) Analise e responda às proposições abaixo, considerando sua participação na 1º oficina de formação continuada ao docente da EPT sobre educação em direitos humanos, em que foi abordado um material de introdução da temática.

	Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo completamente
Favoreceu o compartilhamento e troca de ideias e conhecimentos entre os docentes.				
Oportunizou novas reflexões sobre aos conceitos da EPT e a proposta do Ensino Médio Integrado.				
Possibilitou uma participação mais ativa dos participantes.				
A metodologia utilizada, a dinâmica de grupo tornaram o espaço de formação continuada mais interessante e a aprendizagem dos conceitos mais significativa.				

2) Sinta-se a vontade para tecer sua opinião, elogios ou críticas, se houver, em relação a 1ª Oficina sobre a temática Formação Continuada em Educação em Direitos Humanos para Docentes do Ensino Médio Integrado:

2º Encontro

2º Encontro

Tema: Saberes e Experiências de Professores do Ensino Médio Integrado na Perspectiva de Direitos Humanos

Objetivo: promover a reflexão sobre as bases da educação profissional tecnológica e sua relação com a educação em direitos humanos.

Duração: 4h

Atividades	Objetivo	Estratégia	Tempo
1. Boas-vindas Retomada do primeiro encontro tecendo os pontos principais	Propiciar o acolhimento entre os participantes e reforçar o trabalho pedagógico	Dinâmica interativa: cada professor compartilha uma experiência marcante relacionada ao ensino médio integrado	15 min.
2. Exposição de conceitos fundamentais da EPT e da EDH	Possibilitar um diálogo na perspectiva da formação humana integral	Inicialmente, será apresentado a nuvem de palavras (abaixo) elaborada pela contribuição dos participantes da pesquisa sobre abordagem da educação em direitos humanos na perspectiva da formação humana. Após, os docentes, em equipe, refletirão os textos encontrados no SAIBA MAIS .	1h
3. Intervalo	Propiciar um momento de interação	Momento do café coletivo	15 min.
4. Análise de casos práticos no ensino médio integrado	Socializar experiências no triplé ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no espaço escolar através de uma roda de conversa.	Estudo de casos práticos e experiências pela dinâmica da roda de conversa descritos pelos participantes, envolvendo ensino, pesquisa e extensão que respeitam e promovam os direitos humanos no contexto do ensino médio integrado; Discussão em equipe sobre os desafios e as oportunidades encontradas.	1h

5. Participação Colaborativa	Realizar um trabalho coletivo apresentando uma proposta ou projeto que insira a abordagem da educação em direitos humanos	Os participantes, em grupos, elaboram uma proposta de atividade ou projeto que integre saberes e experiências com a perspectiva da educação em direitos humanos. Apresentação dos trabalhos aos participantes	1h15
6. Avaliação e encerramento	Compreender que o conhecimento é construído coletivamente e envolve a participação com responsabilidade	Reflexão coletiva sobre os aprendizados da oficina. Aplicação de um questionário	15 min.



Recursos Necessários:

- Projetor e computador para apresentações.
- Materiais para anotações (papel, canetas, post-its).
- Espaço adequado para trabalho em grupo e dinâmicas.

Atenção:

O desenvolvimento da oficina seguiu as normas do Comitê de Ética, sendo a coleta de dados iniciada após aprovação do projeto e o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

► Estrutura da Roda de Conversa

Objetivo

Propósito: analisar as experiências satisfatórias e insatisfatórias dos egressos, visando aprimorar o currículo e as práticas pedagógicas no ensino médio integrado.

Metas: identificar atividades que mais contribuem para o engajamento dos alunos e aquelas que necessitam de revisão ou reformulação.

Preparação

Revisão das Entrevistas: analise as entrevistas para destacar as atividades mencionadas como mais prazerosas e menos satisfatórias pelos egressos.

Seleção de Trechos Relevantes: escolha relatos que exemplifiquem as experiências positivas e negativas vividas pelos egressos.

Agenda da roda de conversa

Abertura: apresentação do objetivo da conversa e resumo dos principais achados das entrevistas sobre atividades prazerosas e insatisfatórias.

Discussão Principal:

Tema 1: Atividades mais prazerosas e suas contribuições para o aprendizado.

Tema 2: Atividades menos satisfatórias e suas limitações no processo educativo.

Tema 3: Propostas de melhoria e inovação pedagógica baseadas nas experiências compartilhadas.

Interação e Perguntas (20 minutos): sessão aberta para os professores discutirem suas percepções e experiências relacionadas aos temas abordados.

Encerramento: Síntese dos pontos discutidos e definição de possíveis ações a serem implementadas.

Metodologia

Facilitador: um moderador para guiar a discussão, assegurando que todos os temas sejam abordados e que a conversa permaneça focada nos objetivos.

Participação Ativa: incentivar os professores a compartilhar suas próprias experiências e sugestões para melhorar as práticas pedagógicas.

Utilização de Mídias: apresentar gráficos ou tabelas que resumam a frequência das atividades mencionadas, para facilitar a visualização dos dados.

Reflexão

Conclusão: resumo dos insights obtidos e reflexão sobre as mudanças propostas.

Perguntas Reflexivas: proponha questões como "Quais atividades podemos tornar mais engajadoras com base nas experiências dos egressos?" ou "Como podemos ajustar as práticas insatisfatórias para melhor atender às necessidades dos alunos?".

Documentação e acompanhamento

Registro: Documentar a conversa e os principais insights para referência futura e planejamento estratégico.

Ações Futuras: Estabelecer um plano de ação baseado nas contribuições da roda de conversa, com cronograma de implementação e responsáveis.

► Feedback da oficina

Duração: 15 minutos

Quadro Síntese Responda na coluna Resultado conforme legenda: R- Regular; B- Bom; O- Ótimo e E- Excelente.		
Critérios	Descrição	Resultado
Relevância do Tema	O tema aborda a intersecção entre a educação profissional tecnológica e os direitos humanos, o que é extremamente pertinente no contexto atual. A escolha de investigar as experiências dos professores é fundamental para a formação cidadã.	
Clareza dos Objetivos	Os objetivos estão claramente definidos, promovendo a reflexão sobre a educação profissional e sua relação com os direitos humanos. A intenção de analisar as experiências dos egressos é bem articulada.	
Conexão entre Temática e Objetivos.	Há uma forte conexão entre o tema e os objetivos propostos, pois a reflexão sobre as bases da educação profissional tecnológica está diretamente relacionada à análise das experiências dos egressos.	
Metodologia Proposta	A proposta de utilizar as experiências dos egressos para aprimorar o currículo e as práticas pedagógicas é uma abordagem prática e eficaz. Sugere-se incluir metodologias participativas para enriquecer a análise.	
Potencial de Impacto	O impacto potencial do estudo é significativo, pois pode levar a melhorias concretas no currículo e nas práticas pedagógicas, promovendo uma educação mais inclusiva e alinhada aos direitos humanos.	
Inclusão de Diversas Perspectivas	Recomenda-se que a pesquisa inclua a perspectiva de diferentes atores, como alunos, professores e gestores, para garantir uma análise mais abrangente e rica.	

Neste espaço, sinta-se à vontade para compartilhar suas críticas, elogios ou sugestões sobre a 2ª Oficina na temática de “Saberes e Experiências de Professores do Ensino Médio Integrado na Perspectiva de Direitos Humanos”.

// 3º Encontro

3º Encontro

Tema: Sustentabilidade socioambiental como fundamento da educação em direitos humanos no espaço escolar

Objetivo: Promover a integração da educação em direitos humanos no ensino médio integrado através da sustentabilidade socioambiental na prática pedagógica, incentivando a elaboração de um plano de trabalho.

Duração: 2h

Atividades	Objetivo	Estratégia	Tempo
Abertura e introdução ao plano de trabalho Explicação sobre os objetivos do plano	Esclarecer que dentre inúmeras temáticas a sustentabilidade socioambiental como fundamento da EDH é viável pelo trabalho coletivo Citar a agenda 2030 e ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).	Apresentar a música cuide https://www.youtube.com/watch?v=vpuNemQT9jU	15 min.
Apresentação de um modelo básico de plano de trabalho encontrados no SAIBA MAIS.	Integrar os conhecimento teóricos e práticos abordados nos dois primeiros encontros na perspectiva da articulação entre ensino básico e ensino técnico	Desenvolvimento do plano de trabalho; Organização em equipes com docentes do núcleo básico e da formação técnica; Cada equipe desenvolve um plano, considerando: - Contextualização local; - proposta para integrar a sustentabilidade socioambiental - Estratégia pedagógicas e métodos avaliativos.	1h15

+ SAIBA MAIS (PÁGINA 36)

Reflexão Final	Compartilhar os planos de trabalho e consolidar aprendizados Como sugestão: os planos sejam aplicados na instituição e que os resultados sejam compartilhados.	Troca de feedback entre as equipes	15 min.
Encaminhamentos pós-oficina		Troca de feedback entre as equipes	

Material de Apoio

- Modelo de Plano de trabalho;
- Tabela com os ODS (**SAIBA MAIS**);
- Espaço com rede de internet disponível;
- Projetor e computador



SAIBA MAIS (PÁGINA 36)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem proposta neste programa de mestrado, que visava desenvolver uma pesquisa e criar um produto capaz de contribuir para a transformação das práticas adotadas na Educação Profissional e Tecnológica, revelou a oportunidade de unir um desejo pessoal e profissional à prática de pesquisa. As inquietações que surgiram aguçados pela formação pedagógica e jurídica, revelando um sentimento de incompletude na intenção de colaborar ao trabalho educativo no IFAM Campus Manaus Zona Leste, especialmente no que se refere ao desenvolvimento e à forma como eram instituídos tanto a dinâmica e a articulação dos conteúdos por se tratar de ensino médio integrado, tendo, a perspectiva da formação humana integral, me motivaram a investigar e buscar alternativas para superar essas limitações.

A principal contribuição desta pesquisa é a consolidação do produto educacional, que representou o objetivo final do projeto. O caderno de oficinas, destinado a orientar os docentes do ensino médio integrado, emergiu como uma oportunidade a ser implementada no trabalho coletivo envolvendo as diferenciadas áreas de formação, promovendo a emancipação dos sujeitos e a adoção de uma visão crítica da construção do conhecimento, aspectos que se destacam como inovadores. Além disso, o roteiro se configurou como um espaço potencial de formação continuada para os docentes.

Contudo, para evitar a mecanização do processo de aplicação da oficina, é fundamental que haja observação, comprometimento e participação ativa no processo, com ações concretas para facilitar os momentos e colaborar efetivamente no assessoramento aos professores e alunos, visando a implementação prática dos conceitos da EPT. Essa abordagem exige um profundo estudo teórico e compreensão da legislação institucional, a fim de perceber as regras existentes e identificar oportunidades de transformação interna, em colaboração com as pessoas envolvidas.

A estratégia de oficina deve ser vista como uma ferramenta flexível, passível de adaptações às diferentes realidades da EPT. Não pode ser encarada como uma receita rígida, mas sim como um instrumento que leva em consideração o contexto dos sujeitos, suas bagagens culturais, as perspectivas individuais dos envolvidos, bem como as características do curso em que a mesma será desenvolvida. Nesse sentido, este trabalho ganha relevância e justifica sua importância, especialmente pela escassez de publicações na área, particularmente no que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (EPTNM).

Por fim, destaco que o caderno de oficinas desafia o modelo tradicional de trabalho, ao ir além, já que ao proporcionar uma perspectiva crítica do currículo real. O trabalho com oficinas favorece a efetivação do currículo integrado, mas deve ser continuamente praticado, experimentado e reinventado por coordenadores, professores e estudantes. Não se deve aderir a uma visão ilusória baseada apenas no roteiro; é crucial revisar constantemente os passos para tomar decisões informadas, ajustando-os conforme os processos de aprendizagem vividos pelos estudantes. A pesquisa permitiu que a comunidade escolar possua seus lugares de fala e sua participação ativa em todo o processo é imprescindível em toda trajetória educativa.



REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos e ALVES, Leonir Pessate (orgs.). Processos de Ensinagem na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 8. ed. Joinville, SC: Univille, p. 95, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 out. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 de jan. de 2012.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2018. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em 22 fev. 2024

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. In: SACAVINO, Suzana; CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação em Direitos Humanos: Temas, questões e propostas. Petrópolis: DP et Alli Editora, 2008. p. 73-92.

CICONELLO, Alexandre. Direito Humano à Educação. Plataforma Dhesca Brasil e Ação Educativa, novembro de 2011, 87 p. Disponível em:

<https://www.plataformadh.org.br/acervo/cartilha-direito-a-educacao> Acesso em: 24 out 2024

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____, Paulo. Direitos humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

LUKÁCS, Georg. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: Revista Temas de Ciências Humanas, nº 4. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1978, p. 1-18 (Tradução Carlos Nelson Coutinho). Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/376873570_As_bases_ontologicas_do_pensamento_e_da_atividade_do_homem_-_Lukacs_presente Acesso em: 22 nov. 2024

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Tradução Eliane Lisboa. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. 120 p.

MOURA, Adriana Ferro. LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. Revista Temas em Educação, João Pessoa 23(1): 98-106, 2014.

- PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RAMOS, Nogueira Marise. Concepção do Ensino Médio Integrado. 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/ywnm79s6>. Acesso: 27 out. 2024
- _____, Marise. Ensino Médio Integrado: da Conceituação à Operacionalização. In: Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES. V. 19, n. 39, p. 15 – 29, jan./jun. 2014.
- SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. Porto Alegre: Educação, v. 36, n. 1, 50-58, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/12315/8740>. Acesso em 20/11/2024
- SILVA, Hozana Rita Pereira Soares da; SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. Revisões Sistemáticas na EPT: múltiplos olhares. In: JUNIOR, José Cavalcante Lacerda; SOUSA, Jeanne Moreira de; SALAZAR, Deuzilene Marques (orgs). Educação em direitos humanos no ensino médio integrado – Belo Horizonte – MG: Editora Poisson, 2024 p. 97- 106. Disponível em:https://www.poisson.com.br/livros/individuais/Revisoes_Sistemáticas_EPT/Revisoes_Sistemáticas_EPT.pdf
- SOUZA, Jailton Rodrigues de Produto educacional [recurso eletrônico]: cartilha de práticas pedagógicas integradoras para a educação profissional e tecnológica / Jailton Rodrigues de Sousa, Emanoela Moreira Maciel. Parnaíba: [S.n.], 2021. 43 f. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/teresinacentral/noticias/CARTILHAPRODUTOEDUCACIONALPROFEPTJAILTONSOUSA.pdf> Acesso em 31 out 2024
- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.
- VIOLA, Solon Eduardo Annes. Políticas de educação em Direitos Humanos. In: SILVA, Ainda Maria Monteiro; TAVARES, Celma (Orgs.). Políticas e fundamentos da educação em Direitos Humanos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-40.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Direitos Humanos capacitação de educadores, João Pessoa Editora Universitária, 2008, p. 108
- Site:https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Organizacao-da-EPT-no-Brasil_fig1_371827150 Acesso em 25 out 2024



SAIBA MAIS

ANEXO 1

Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: Diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora | Eliezer Pacheco

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva como a economia solidária e o cooperativismo devem ser objeto de estudo na Rede Federal.

[...] O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, de princípios e de valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente encyclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. Um profissionalizar- se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar- se no mundo e para o mundo, princípios esses válidos, inclusive, para as engenharias e as licenciaturas.

[...] O que está em curso, portanto, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta- se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manterem- se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia- se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. Nesse projeto educacional, a contribuição com o progresso socioeconômico local e regional é fundamental, sendo necessário o efetivo diálogo com outras políticas setoriais. Afirma- se, pois, a educação profissional e tecnológica como política pública, não somente pela fonte de financiamento de sua manutenção, mas, principalmente, por seu compromisso com o todo social. [...]

Alguns conceitos são fundamentais para a compreensão das concepções que orientam a criação dos Institutos Federais.

Formação Humana Integral

Trata-se de superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao “treinamento” para a execução de determinadas tarefas. Antes de formar o profissional, trata-se de formar o cidadão, capaz de compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí. Essas relações ocorrem dentro de um determinado processo histórico onde o trabalho em busca da satisfação das necessidades materiais e subjetivas possibilita ao ser humano construir novos conhecimentos.

Conforme Ramos (2005): Assim a história da humanidade é a história da produção da existência humana e a história do conhecimento é a história do processo de apropriação social dos potenciais da natureza para o próprio homem, mediada pelo trabalho. (Ramos, 2005, p. 115). Esta construção epistemológica é mediada pela realidade concreta, compreendida como uma totalidade, ou seja, síntese dialética de múltiplas relações. O conhecimento é produzido socialmente pela apreensão e compreensão das relações que constituem e estruturam a realidade concreta. O conhecimento produzido é a síntese que representa o concreto, produzida coletivamente pela intervenção dos seres humanos nesta realidade, por meio do trabalho das mais diferentes naturezas. A formação humana omnilateral inclui o trabalho, a ciência e a cultura.

O trabalho tem de ser compreendido tanto em seu sentido ontológico, enquanto realização humana, quanto prática econômica associada ao modo de produção. Quando a pesquisa é aplicada ao processo produtivo, produzindo o avanço das forças produtivas, ela transforma-se em tecnologia.

Esta sociedade produz um conjunto de valores, orientadores de comportamento em determinado momento histórico, ou seja, uma cultura hegemônica.

[...] o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos, como a formação inicial, o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (Brasil, 2010, p. 42).

Dessa forma, ao participar do processo produtivo, o ser humano amplia sua compreensão tanto desse processo quanto do mundo ao seu redor, gerando novos saberes. O currículo integrado estrutura o conhecimento e aprimora o processo de ensino-aprendizagem, de modo que os conceitos sejam assimilados como um sistema de relações de uma totalidade concreta a ser explicada e compreendida.

a) Cidadania

O conceito de cidadania surge no contexto das revoluções burguesas na Europa, especialmente, a Revolução Francesa de 1789. A burguesia, responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas, enriquecida, mas excluída de direitos sociais e políticos pela aristocracia decadente, assume a vanguarda da luta pela igualdade de direitos. Essa luta pela cidadania plena resumia-se, basicamente, em liberdade (direitos políticos), igualdade (direitos sociais) e propriedade (direitos econômicos). Somente a concretização dessas três dimensões caracteriza a cidadania plena.

No momento histórico da elaboração deste conceito a burguesia representava o segmento mais avançado da sociedade encarnando, desta forma, os anseios de transformação de todas as classes dominadas. Com a transformação da burguesia em classe dominante e conservadora, a direção da luta pela transformação social passa para as mãos do proletariado clássico, cuja luta pela cidadania se traduzia em igualdade e justiça.

O desafio histórico dos trabalhadores é o fato de que eles só podem se emancipar emancipando a todas as classes sociais. Com a consolidação do capitalismo moderno, o conceito de cidadania adquire um novo e radical significado calcado na igualdade, pois o capitalismo, apesar de sua origem progressista, passa a ser negador da cidadania plena. Após a revolução técnico-científica, o funcionamento do sistema vai depender da qualificação dos trabalhadores, razão pela qual é possibilitado a estes o “treinamento” de competências, sem, contudo, dispensar-lhes uma educação verdadeira, uma educação integral e omnilateral. Portanto, para os IFs, a educação tem de ser concebida no sentido freiriano como instrumento de libertação individual e coletiva, em que o educando passa a compreender as engrenagens sociais nas quais está inserido, naquela determinada circunstância histórica e seu papel na mesma.



Fonte: Google Fotos

b) Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura

Partimos do conceito de trabalho pelo fato de o compreendermos como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana. A dimensão ontológica do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais.

O caráter teleológico da intervenção humana sobre o meio material, isto é, a capacidade de ter consciência de suas necessidades e de projetar meios para satisfazê-las, diferencia o homem do animal, uma vez que este não distingue a sua atividade vital de si mesmo, enquanto o homem faz da sua atividade vital um objeto de sua vontade e consciência. Os animais podem reproduzir, mas o fazem somente para si mesmos; o homem reproduz, porém de modo transformador, toda a natureza, o que tanto lhe atesta quanto lhe confere liberdade e universalidade.

Dessa forma, produz conhecimentos que, sistematizados sob o crivo social e por um processo histórico, constituem a ciência. A compreensão da realidade concreta, enquanto totalidade e a reflexão sobre a mesma, elevando o real ao nível do pensamento, produz a teoria, instrumento essencial para a intervenção nesta mesma realidade, objetivando compreendê-la e transformá-la. O conhecimento teorizado, sistematizado, produz ciência.

Nesse sentido, a ciência conforma conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. (Brasil, 2011, p. 19-20). Na medida em que a ciência intervém na realidade, promovendo o avanço das forças produtivas, ela produz a técnica e a tecnologia.

Para Gramsci, a cultura é a produção de símbolos, representações, significados que expressam determinada estrutura social e política de uma sociedade determinada e em um momento histórico. É parte da ideologia que dá coesão ao bloco social. Não se trata de ignorar a dimensão do trabalho enquanto prática econômica destinada à sobrevivência do homem e à produção de riquezas, mas de entendê-lo em sua dimensão ontológica e como prática social. Uma visão progressista da educação profissional e tecnológica não a reduz a simples preparação técnica ou treinamento para o desempenho de determinada atividade produtiva. O mercado em uma sociedade capitalista é uma realidade inquestionável e, portanto, a formação profissional tem de tê-lo como uma referência. Ele, porém, é dinâmico e sofre transformações em ritmo cada vez mais acelerado, quer pela dinâmica do capital, quer pela ação dos indivíduos fazendo avançar a tecnologia e as forças produtivas. Quanto maior a compreensão desta dinâmica econômica e social, melhores condições de interferir neste processo histórico o trabalhador terá. O homem é um ser histórico, agindo

dentro de determinadas circunstâncias e condicionado em sua ação por estas e pela cultura da época. Um dos papéis da educação é, além de possibilitar o acesso aos conhecimentos específicos, promover a reflexão crítica sobre os padrões culturais vigentes e as formas de desenvolvimento progressista das forças produtivas, possibilitando o estabelecimento de relações sociais cada vez mais justas e igualitárias.

c) Trabalho como Princípio Educativo

A compreensão de trabalho como princípio educativo é o elemento básico para a organização curricular, definição de conteúdo e estabelecimento da metodologia. Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa entender o trabalho como princípio educativo, o que não significa aprender fazendo, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

[...]. Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitem compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão atuar de maneira autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade (BRASIL. MEC/SETEC, 2007, p. 45-47).

A cultura estabelece a síntese entre a formação geral e a formação específica, permitindo a compreensão do momento histórico e dos meios de fazê-lo avançar no sentido do progresso. Esta é a dimensão ideológica que nos transforma em sujeitos da história, com visão crítica e compromisso com o avanço progressista da sociedade. Logo, formação específica, formação geral e cultura são pontos indissociáveis de uma formação integral.

d) O Educando Enquanto Produtor de Conhecimentos

Para que os alunos se transformem em sujeitos da história, é necessário que eles recebam uma educação integral, que os tornem capacitados a produzirem conhecimentos. O enciclopedismo pedagógico gera seres humanos passivos e conhecimentos descartáveis.

Um projeto pedagógico, em qualquer nível, deve incentivar a autonomia e a produção de conhecimentos por meio da pesquisa. O educador deve ser cada vez mais um orientador, coordenador e incentivador da busca de conhecimentos, que estão espalhados por muitos lugares e não apenas na cabeça do professor "sabe-tudo". A pesquisa deve ser o princípio pedagógico central de qualquer processo de aprendizagem. Isso é válido para todos os níveis de ensino. No caso da educação profissional e tecnológica, a pesquisa só tem sentido quando se transforma em extensão, pois ela, necessariamente, tem de ser aplicada, útil à sociedade ou não servirá para nada. Aliás, ensino, pesquisa e extensão tem de estar umbilicalmente ligados, superando a característica de atividades separadas e independentes. No caso específico dos Institutos Federais, a produção de tecnologias sociais deve ser uma das prioridades.

Trechos extraídos de:

PACHECO, E. Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

ANEXO 2

Concepção de direitos humanos

Direitos humanos performam um assunto difícil. Mas, gostemos dele ou não, tem tudo a ver com a nossa vida. Isso porque, independentemente de gostarmos ou não deles, temos direitos humanos, somos sujeitos/as de direitos, participamos de uma comunidade de cidadãs e cidadãos que são seres em dignidade e direitos. E ainda bem, senão estaríamos totalmente sob o arbítrio do poder e sob a opressão dos poderosos, sem chance de enfrentá-los.

É muito comum escutar que pessoas falam que quem defende direitos humanos prefere os "bandidos" aos "homens de bem". Ou, num sentido até mais forte, que defender direitos humanos é defender "bandidos". Mais, quando se fala em direitos em geral se esquece dos deveres. Enfim, há tantos direitos proclamados e a vida continua muito difícil para a maioria das pessoas.

Direitos humanos têm sentido na relação direta com a vida. A vida não vale porque tem algum equivalente ou porque pode ser trocada por qualquer coisa. A vida não tem preço, simplesmente vale! A vida humana, então, vale porque as pessoas são seres com dignidade.

MAS, DE QUE FALAMOS QUANDO TRATAMOS DE DIREITOS HUMANOS?

Falar de direitos humanos é tratar de um tema complexo, controverso e que tem abertura para vários sentidos. Isto porque são muito diversos os agentes e as posições assumidas a respeito deles. Assumir um posicionamento sobre os direitos humanos não significa se opor a outras posições. Antes, pelo contrário, isto é feito na expectativa de que haja incentivo a outros posicionamentos e ao debate.

Os vários sentidos dos direitos humanos devem-se à condição histórica e às diversas concepções da dignidade humana. A controvérsia, a polêmica, deve-se à presença de agentes diversos nos debates sobre o sentido dos direitos humanos e, também, do que significa atuação efetiva, o que exige abertura à diversidade e à pluralidade, assumindo posicionamentos.

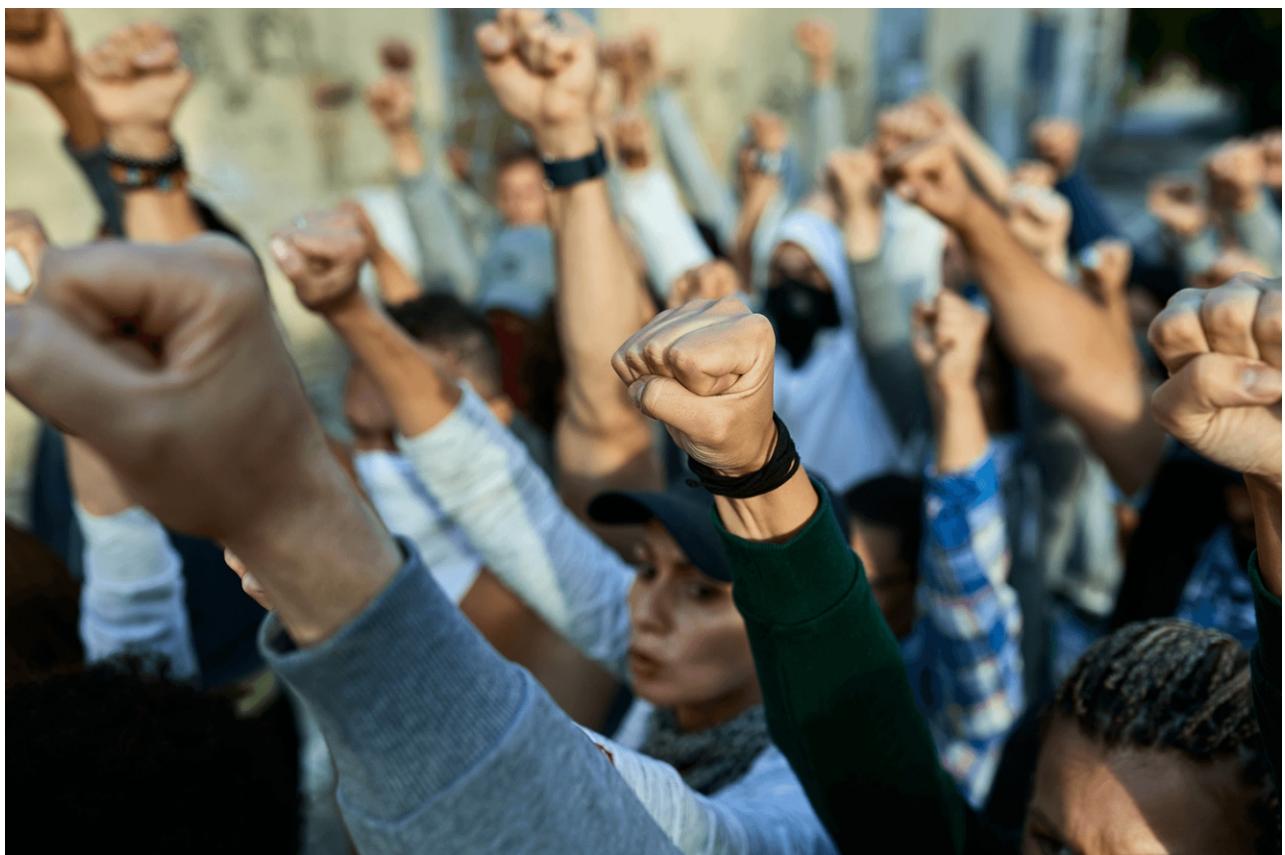
Os direitos humanos se referenciam na dignidade humana como condição e possibilidade da produção, reprodução, manutenção e desenvolvimento da vida material, da corporalidade, da identidade cultural e social, da participação política e da expressão livre, enfim, do ser sujeito/a de direitos com vocação histórica e ontológica a ser mais. A realização dos direitos humanos é um processo histórico, assim como é histórico seu conteúdo, a dignidade humana. O conteúdo dos direitos humanos está mais na materialidade das condições e possibilidades de humanização e menos no enunciado dos instrumentos e mecanismos que os explicitam como pactos de convivência e/ou regulação. Isto não significa desconhecer a força dos pactos; antes, indica que têm um lugar complementar no conteúdo dos direitos humanos.

A realização dos direitos humanos cobra da ação política que esteja centrada na presença de todos/as os/as agentes como sujeitos/as (autores/as, portanto, nunca somente atores/atrizes), diversos, múltiplos, plurais, tanto na deliberação como na implementação. Subjetividades e instituições não substituem umas às outras, antes, têm perspectivas e responsabilidades distintas e complementares, sempre, porém, orientadas pelo conteúdo dos direitos, o parâmetro da ação.

Escolhas pautadas por direitos humanos põem a primazia na pessoa (sem separá-la das condições culturais e naturais necessárias à sua vida), em detrimento das coisas, do patrimônio – o que significa afastar-se de dinâmicas econômicas, políticas, culturais e sociais que modelam as vontades para que entendam a escolha como uma escolha pelos direitos humanos. Em complemento, escolhas por direitos humanos demandam a promoção de todas e de cada pessoa, por um lado, e a proteção daquelas em situação de maior necessidade de cuidado, além do reconhecimento de violações que geram vítimas, que cobram reparação.

O sentido dos direitos humanos está na realização efetiva da dignidade de cada uma e de todas as pessoas o seu conteúdo fundamental, ao mesmo tempo em que se convertem em exigência para que nenhuma pessoa tenha seus direitos violados ou ainda não realizados. É isto que significa dizer que direitos humanos se constituem em construção crítica de e em condições históricas.

Não há direitos humanos sem democracia, sem o fim do racismo, do patriarcado e de todas as formas e opressão. E sua construção é um compromisso histórico fundamental para que a vida seja garantida como vida em abundância.



Fonte: Google Fotos

Sentido de Educação e Aprendizagem

A educação é a prática de humanização por excelência, pela promoção da consciência crítica e pela atuação responsável. Mas também pode ser reproduzora da opressão e de práticas desumanizadoras – confronta-se a educação “bancária” e a educação humanizadora.

A educação constitui um dos direitos e condição do exercício de todos os direitos humanos, mas também é disputada como mercadoria, serviço, produto comercial. E no direito à educação como direito está também o direito à educação em direitos humanos.

A educação realizada com criticidade, com reflexividade e com participação é caminho para a realização da autonomia na interdependência e para a formação integral do pensar, do fazer, do atuar e do viver. Ela será pluridimensional e omnidimensional se for capaz de contribuir com o desenvolvimento de cada ser humano no máximo de suas potencialidades.

A educação pode ser reduzida à mera e simples reprodução ou transmissão, treinamento, e, dessa maneira, mata o que de mais profundo a faz existir, que é a liberdade e o desejo de saber e de aprender. Ela dialoga com o processo de formação.

A relação educativa é sempre de ensino-aprendizagem, não havendo um sem a outra. Por isso, a educação inclui a dimensão do aprender a aprender e do aprender a desaprender, no primeiro caso pelo acesso ao que de mais qualificado foi produzido pela humanidade, e, no segundo, pela crítica e enfrentamento das heranças desumanizadoras. A educação é sempre mediação que gera processos e os subsidia, ela não prende e nem molda, ainda que oriente e conduza.

O estudo da educação como prática humana é feito pela pedagogia, um tipo de conhecimento próprio para problematizar as práticas educativas. A pedagogia se constitui também em orientação para as práticas educativas, considerando as diferentes teorias pedagógicas. A investigação e a problematização das práticas educativas são necessárias para que o processo de ensino-aprendizagem ganhe em qualidade e sentido.

A pedagogia, como todas as ciências, não é neutra. Ela expressa uma determinada opção de projeto pedagógico que considera certos valores em detrimento de outros, certas práticas como significativas em detrimento de outras. Explicitar as teorias pedagógicas orientadoras das práticas é fundamental para não simplesmente reproduzir e para se fazer sujeito/a das práticas educativas.

Significado da Educação em Direitos Humanos

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) inaugura uma compreensão ampla de educação em direitos humanos. As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012) formulam a normativa institucional que orienta a implementação da educação em direitos humanos pelos sistemas de ensino de todo o país – são mais amplas do que serem “curriculares”, razão pela qual já incorporam um conjunto bem mais amplo de possibilidades de ação.

As Diretrizes nasceram num contexto auspicioso para a educação em direitos humanos. Estava em curso um processo de consolidação de recursos, práticas e ações para fazer da educação em direitos humanos uma das principais formas de promover avanços democráticos e de construção de bases para uma cultura de direitos que seja capaz de mobilizar o enfrentamento da herança de violação sistemática dos direitos humanos (racismo, patriarcado e todas as formas de opressão, exploração e expropriação) e de falta de compromissos do Estado com sua efetiva realização. Em boa parte, infelizmente foi interrompido.

As Diretrizes estabelecem que a educação em direitos humanos é “processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos” que articula a dimensão cognitiva, valorativa e atitudinal, da formação cidadã, da participação e da prática individual e coletiva (artigo 4º da Resolução CNE/CP nº 01/2012). Estabelecem a “formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário”, como objetivo central (artigo 5º). E este “objetivo deverá orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos” (§ 1º do artigo 5º).

Aos “sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da educação em direitos humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos/as os/as envolvidos/as nos processos educacionais” (§ 2º do Artigo 1º). Os direitos humanos deverão estar nos diversos documentos das instituições de educação superior, dos seus “materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação” (artigo 6º). A educação em direitos humanos haverá de ser inserida na “organização dos currículos da educação básica e da educação superior”, por meio da transversalidade interdisciplinar, de conteúdo específico de uma das disciplinas ou combinando transversalidade e disciplinaridade (artigo 7º).

As Diretrizes também determinam que a educação em direitos humanos “deverá orientar a formação inicial e continuada de todos/as os/as profissionais da educação, sendo componente

curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais” (artigo 8º) e “deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos/as os/as profissionais das diferentes áreas do conhecimento” (artigo 9º).

Em suma, ninguém poderia ficar fora da educação em direitos humanos enquanto estiver em processo formativo nos diversos níveis de educação escolar e também na educação não-formal. No plano institucional, sua força normativa ganharia efetividade em planos e ações concretas a serem realizadas pelas autoridades públicas encarregadas da educação em direitos humanos, especificamente, e da política de educação em geral, nas três esferas administrativas e em todos os poderes do Estado. Também pode ganhar ainda mais efetividade quando assumida pelas instituições, organizações e entidades educacionais da educação básica, da educação superior, dos órgãos do sistema de justiça e segurança, das iniciativas educacionais das organizações da sociedade civil e dos órgãos de comunicação. O compromisso de educadoras/es, de gestoras/es educacionais e das/os diversas/os agentes educadoras/es é também fundamental. Mas para que ocorra, precisa de investimento formativo do pessoal que atua na educação.

A partir das Diretrizes Nacionais a educação em direitos humanos é a normativa que submete as vontades individuais a uma institucionalidade, de modo que não está disponível à vontade discricionária de agentes individuais mais ou menos “engajadas/os” e comprometidas/os. Há um grau de indisponibilidade que precisa ser considerado, o que não haveria de inibir, de modo algum, a iniciativa criativa de cada sujeito/a específico/a.



Fonte: Google Fotos

Trechos extraídos do livro – Didática da Educação em Direitos Humanos escrito por Dr. Paulo César Carbonari Disponível em: <https://acervo.sead.ufes.br/materiais/direitoshumanos/didatica-educacao-direitos-humanos/referencias.php> Acesso em 01 dez 2024

ANEXO 3

Interdisciplinaridade — variações temáticas | (Ivani Fazenda)

A Interdisciplinaridade concebida neste livro pretende um diálogo entre pares, capazes de compreender a mensagem das diferentes línguas nas suas entrelinhas.

[...] Acreditamos na potencialidade da circulação de conceitos e esquemas cognitivos, na emergência de novos esquemas e hipóteses, na constituição da organização de novas concepções de educação.

Se definirmos interdisciplinaridade como junção de disciplinas, cabe pensar currículo apenas na formatação de sua grade.

Porém se definirmos interdisciplinaridade como atitude de ousadia e busca frente ao conhecimento, cabe pensar aspectos que envolvem a cultura do lugar onde se formam professores.

Assim, se tratamos de interdisciplinaridade na educação, não podemos permanecer apenas na prática empírica, mas é necessário que se proceda a uma análise detalhada dos porquês dessa prática histórica e culturalmente contextualizada.

Seguindo esse raciocínio, falar de interdisciplinaridade escolar, curricular, pedagógica ou didática requer uma profunda imersão nos conceitos de escola, currículo ou didática. A historicidade desses conceitos, entretanto, requer uma profunda pesquisa nas potencialidades e talentos dos saberes requeridos ou a requerer de quem as estiver praticando ou pesquisando (Fazenda, 2003).

Interdisciplinaridade escolar não pode confundir-se com a interdisciplinaridade científica (Lenoir, Sauvé, 1998; Fazenda, 1992).

[...] Na interdisciplinaridade escolar a perspectiva é educativa. Assim, os saberes escolares procedem de uma estruturação diferente dos pertencentes aos saberes constitutivos das ciências (Chervel, 1988; Sachot, 2001).

Na interdisciplinaridade escolar, as noções, finalidades habilidades e técnicas visam favorecer sobretudo o processo de aprendizagem, respeitando os saberes dos alunos e sua integração.

[...] A pesquisa interdisciplinar somente torna-se possível onde várias disciplinas se reúnem a partir de um mesmo objeto, porém é necessário criar-se uma situação-problema no sentido de Freire (1974), onde a ideia de projeto nasça da consciência comum, da fé dos investigadores no reconhecimento da complexidade do mesmo e na disponibilidade destes em redefinir o projeto a cada dúvida ou a cada resposta encontrada.

Neste caso, convergir não no sentido de uma resposta final, mas para a pesquisa do sentido da pergunta inicialmente enunciada.

Trechos extraídos de: FAZENDA, Ivani Catarina. O que é interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2008.

ANEXO 4

Quadro: Esquema Geral para a estruturação e elaboração do Projeto de Educação em Direitos Humanos

O que é o Plano?	Por quê?	Para Quê?	O que fazer?	Para quem, Com quem? Quantos? Quais?
Capa de Rosto Folha de Rosto, com a Identificação: Instituição, Título do Plano, Local e Data; Capa de Identificação do Plano Instituição e Equipe	Justificativa As razões para a elaboração do Plano.	Objetivos As intenções do plano a partir dos resultados e efeitos a serem alcançados com o Plano.	Metas de Ação As ações elaboradas de modo objetivo e quantitativo.	Público/ Abrangência de Pessoas
Quais os caminhos a serem percorridos? De que forma? Com que recursos?	Com quem executar o Plano?	Quando será realizado? Quais os recursos financeiros?	O que se espera com o Plano?	Como avaliar o Plano?
		Cronograma	Resultados	Avaliação e Acompanhamento

Fonte: Elaborado por Zenaide

ANEXO 5

TABELA ODS

SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS



Fonte: <https://sustentabilidadeagora.com.br/17-ods-da-onu-agenda-2030/>

SOBRE AS AUTORAS



HOZANA RITA PEREIRA SOARES DA SILVA

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Licenciada em Pedagogia pela UFAM e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Norte).



ANA CLÁUDIA RIBEIRO DE SOUZA

Professora titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Doutora em História Social e mestra em História da Ciência pela PUC/SP. Atua na pós-graduação, como professora permanente no Programa de Pós-graduação em Ensino Tecnológico, Campus Manaus Centro/IFAM, na linha de pesquisa Processos para Eficácia na Formação de Professores e no Trabalho Pedagógico em Contextos de Ensino Tecnológico, e no Mestrado em Rede nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFAM), com pesquisas na área da Educação Tecnológica, com os temas História da Ciência e Ensino Profissional. Já atuou em diversos cargos na gestão, como Coordenadora da Pós-graduação, Campus Manaus Centro/IFAM, Diretora de Ensino, Campus Manaus Distrito Industrial/IFAM e Diretora de Pós-graduação, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/IFAM. É membro do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH/CONEP).



UM ROTEIRO SOBRE
EDUCAÇÃO EM DIREITO HUMANOS
NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO